

Boletim Ano 4 - nº 5 Janeiro a Junho de 2025

ILB é recredenciado pelo MEC e segue autorizado a oferecer cursos de pós-graduação

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) foi recredenciado pelo Ministério da Educação (MEC) para a oferta de cursos de pós-graduação lato sensu. O processo de avaliação ocorreu entre os dias 23 e 25 de abril de 2025 e assegura a autorização da instituição para manter a oferta desses cursos pelos próximos cinco anos. O ato formal de recredenciamento ainda será publicado em portaria do MEC, após tramitação final no INEP. ([clique aqui para mais informações](#))

Segunda edição do curso de pós-graduação lato sensu em Comunicação Legislativa

A Coordenação de Ensino Superior lançou, no final de 2024, edital para seleção de candidatos para a segunda edição do curso de pós-graduação lato sensu em Comunicação Legislativa. As aulas estão previstas para iniciar neste primeiro semestre de 2025, com término previsto para o segundo semestre de 2026. ([clique aqui para mais informações](#))

Nova composição da CPA

No primeiro semestre de 2025, a CPA passou por alterações em sua composição. A Portaria ILB nº 2, de 2025, promoveu a substituição do representante docente e, simultaneamente, designou novo membro para exercer a função de secretário, cuja atribuição é prestar apoio técnico às atividades da comissão. ([clique aqui para mais informações](#))

Programa de Formação Gerencial ganha duas turmas no primeiro semestre de 2025

A Coordenação de Capacitação, Treinamento e Ensino, a fim de atender à solicitação dos participantes, abriu duas turmas do Programa de Formação Gerencial (PFG) no primeiro semestre de 2025, contemplando também o período da tarde. O curso tem como propósito ampliar competências em gestão e liderança, em consonância com os objetivos estratégicos do Senado Federal. ([clique aqui para mais informações](#))

Nova oficina do Interlegis capacita municípios em fiscalização e emendas orçamentárias

O Programa Interlegis passou a oferecer, a partir deste primeiro semestre, a oficina *Fiscalização Legislativa Municipal e Emendas ao Orçamento Federal*. A iniciativa tem como objetivo fortalecer a atuação dos legislativos municipais por meio do aprimoramento dos mecanismos de fiscalização e da capacitação de agentes públicos para a correta solicitação de emendas orçamentárias junto a Senadores e Deputados Federais. ([clique aqui para mais informações](#)).